

**A MULHER SIMBOLIZADA NAS POÉTICAS INDÍGENA
E AFRO-BRASILEIRA DE ALINE ROCHEDO (PURI),
ELIANE POTIGUARA E MARIA FIRMINA DOS REIS**

Luama Socio (UNITINS)

luamasocio@gmail.com

Sinalva Ferreira da Silva (UNITINS)

sinalvaferreiradasilva@gmail.com

RESUMO

Este trabalho consiste na apresentação de resultados de pesquisa que realizamos como integrantes do grupo “Poéticas discursivas em textos de autores representativos dos povos originários brasileiros” da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Nosso objetivo é apresentar elementos de leitura e análise de aspectos simbólicos associados à figura da mulher nas obras das autoras a saber: “Pachamama”, de Aline Rochedo, indígena da etnia Puri; “Metade cara, metade máscara”, de Eliane Potiguara; “Úrsula”, de Maria Firmina dos Reis. Nossa análise identifica como intencionalidade básica comum às três obras, a contribuição do pensamento indígena e afro-brasileiro de autoria feminina, através da Literatura, na abordagem de questões de interesse da cultura globalizada contemporânea. Tais questões, como o direito à terra, ao alimento, à dignidade e à liberdade, expressam-se nessas obras através da simbolização da figura da mulher como espectro de forças políticas e subjetivas de resistência e luta no enfrentamento ao pensamento colonialista de lógica eurocêntrica. A metodologia é exploratória bibliográfica e o embasamento teórico inclui pensadores da cultura brasileira e indígena e também da teoria literária, dentre os quais destacam-se Darcy Ribeiro, Viveiros de Castro, Ailton Krenak e Antônio Cândido.

Palavras-chave:

Autoria feminina. Literatura indígena. Mulher simbolizada.

ABSTRACT

This work consists of the presentation of research results that we carried out in the group “Discursive poetics in texts by authors representing indigenous Brazilian peoples” at the Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Our objective is to present elements of reading and analysis of symbolic aspects associated with the figure of women in the literary works of the authors, namely: “Pachamama”, by Aline Rochedo, an indigenous woman from the Puri ethnic group; “Metade cara, metade máscara”, by Eliane Potiguara; “Úrsula”, by Maria Firmina dos Reis. Our analysis identifies as a basic intention common to the three works, the contribution of indigenous and Afro-Brazilian thought by female authors, through Literature, in addressing issues of interest to contemporary globalized culture. Such issues, such as the right to land, food, dignity and freedom, are expressed in these works through the symbolization of the figure of women as a spectrum of political and subjective forces of resistance and struggle in confronting colonialist thinking with a Eurocentric logic. The methodology is bibliographical exploratory and the theoretical basis includes thinkers from Brazilian

and indigenous culture and also from literary theory, among which Darcy Ribeiro, Viveiros de Castro, Ailton Krenak and Antônio Cândido.

Keywords:

Female authorship. Indigenous literature. Symbolized woman.

1. Introdução

Esse trabalho tem o objetivo geral de levantar, refletir e construir um pensamento crítico sobre elementos relevantes de obras de autoras ameríndias da atualidade em aproximação com a autoria feminina afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis do século XIX, apontando para a contribuição do pensamento indígena na abordagem de questões de interesse da cultura globalizada contemporânea, tais como o feminismo e a ecologia em suas ligações simbólicas com as figuras femininas e as forças da natureza. Embora a construção simbólica da figura da mulher apareça de forma especial em nossa época, através das poéticas das autoras de culturas originárias, ela já aparece em momentos anteriores, como vemos em “Úrsula” ou “A Escrava”, de Maria Firmina dos Reis, obras surgidas no século XIX.

Nossos objetivos específicos são: refletir sobre a produção do discurso feminista no contexto da literatura indígena e descrever o âmbito formal das obras lidas, caracterizadas pela polifonia e hibridismo de gêneros textuais como marcas do discurso veiculante de uma poética estruturada a partir do ponto de vista do perspectivismo indígena.

O *corpus* do nosso trabalho é a obra “Pachamama: a poesia é a alma de quem escreve”, de autoria de Aline Rochedo, indígena da etnia Puri, disponibilizada ao leitor sob a forma de *e-book*, sobre a qual realizamos análises de caráter temático, contextual e formal, orientadas para um diálogo com a principal obra da primeira autora indígena brasileira, Eliane Potiguara, em “Metade cara, metade máscara” em aproximação com alguns aspectos do romance “Úrsula”, de Maria Firmina dos Reis, a primeira autora brasileira a ser publicada, e que foi também uma mulher negra.

Nosso trabalho se estrutura sob a premissa de que a Literatura é uma forma de arte e de liberdade, que desafia as opressões sociais, raciais e de gênero. A ideia de direito à Literatura, como propõe Antônio Cândido, contextualiza culturalmente e socialmente a arte literária como forma de dar voz e vez a grupos estigmatizados, tanto no nível de produção quanto no nível de fruição.

Um aspecto importante na construção dos discursos indígenas é o “perspectivismo”, conceito cunhado pelo antropólogo Viveiros de Castro para explicar a compreensão subjacente, tradicional, de que o mundo é uma totalidade de constituição básica comum em todas as suas partes, e os seres que vivem nesse mundo são todas as variações dessa mesma constituição. Essa compreensão de base configura um sentido poderoso de condições e responsabilidades quanto ao futuro do planeta como um todo, encarnado, nas obras lidas, frequentemente na figura da mulher que, embora mãe, terra, e provedora, é a que mais sofre as injustiças históricas e sociais. Acreditamos que a Literatura constitui-se um importante elemento de afirmação de identidade social dos grupos indígenas e, especialmente das mulheres indígenas, através da qual expressam seus valores, tais como o perspectivismo mencionado.

Do ponto de vista estrutural textual, pode-se afirmar que a Literatura feita por Eliane Potiguara e Aline Rochedo representa uma liberdade artística frente à riqueza das possibilidades formais da escrita em Língua Portuguesa. No momento histórico atual, em que a comunicação mundial se faz através dos espaços da *cibercultura*, os grupos subalternizados reivindicam seu lugar de fala e disseminam seus discursos em distintos lugares. As histórias, poemas, canções e textos dos povos marginalizados formam hoje uma dinâmica importante no contexto da produção literária brasileira.

2. O estigma da inferioridade cultural

A história política e cultural do Brasil, baseada na colonização do português a partir da invasão do território dos indígenas que habitavam há milênios estas terras, que a partir do ano de 1500 serão nomeadas de Brasil, e da escravização desses mesmos indígenas, juntamente com a escravização dos povos negros traficados da África, deu origem a uma nação em que há a valorização cultural de certos grupos que compõem a sociedade e há a estigmatização de outros. Darcy Ribeiro (1995) descreve o contexto desse estigma localizado no período colonial:

O português, por mais que se identificasse com a terra nova, gostava de se ter como parte da gente metropolitana, era um reinol e esta era sua única superioridade inegável. Seu filho, também, certamente, preferiria ser português. Terá sido assim, até que aqueles mamelucos e índios e aqueles negros mestiçados ganhassem entidade, como identificação coletiva para que o mazombo deixasse de permanecer lusitano. (RIBEIRO, 1995, p. 131)

Embora estejamos imersos agora em outro momento histórico, de modo geral é fácil constatar que a cultura de origem europeia continua a ser supervalorizada em detrimento das culturas indígena e africana, as quais são alvo de injustiças e preconceitos estruturais da sociedade brasileira. Eliane Potiguara, em uma narrativa autobiográfica nos conta o que acontecia a ela no ambiente da escola quando era criança:

A menina nunca podia falar com as outras crianças, não conseguia se relacionar ou brincar com elas, principalmente porque a estigmatizavam por ser indígena e por sua avó ter hábitos de uma avó diferenciada. (...) sua fala, seu sotaque e seus hábitos denunciavam sua condição de migrante indígena e as crianças e adolescentes debochavam cruelmente, em uma atitude xenófoba, que deixava Potiguara extremamente infeliz, sentindo-se feia, magra e menor, não conseguindo compreender o sentido daquilo tudo. (POTIGUARA, 2004, p. 26)

Essa visão de superioridade e inferioridade de acordo com os grupos sociais de base étnica estrutura-se ideologicamente como que numa espécie de herança formativa do povo brasileiro que apaga sistematicamente a diversidade cultural na própria origem da nação. Na contemporaneidade essa questão tem sido problematizada e combatida por intelectuais, artistas, pensadores e escritores - dentre os quais constam as autoras mencionadas nesse trabalho - representativos de todas as grupos, em suas obras artísticas, acadêmicas, literárias e filosóficas de cunho decolonizador.

Um dos elementos que estruturam a supervalorização da cultura europeia é a identificação da ideia de superioridade cultural associada especificamente à cultura letrada, organizadora dos poderes colonizadores em suas origens, complementar à ideia de inferioridade das culturas geralmente orais dos povos escravizados, aos quais foram imputados especificamente os trabalhos braçais na estrutura da colônia:

No conjunto dessa população colonial, destaca-se prontamente uma camada superior, desligada das tarefas produtivas, formada por três setores letrados, participantes de certos conteúdos eruditos da cultura lusitana. (RIBEIRO, 1995, p. 125)

Esses três setores eram compostos pelas “funções de governo civil e militar”, pelos grupos de religiosos “que cumpria o papel de aparato de doutrinação e catequese dos índios e de controle ideológico da população” e, nas palavras de hoje em dia, os banqueiros e cartórios, quais sejam, “agentes de casas financeiras e de armadores, atenta aos interesses e às ordens dos portos europeus importadores de artigos tropicais”.

Portanto será justamente este ponto de identificação, entre cultura letrada e superioridade intelectual relacionada ao poderio colonial especificamente europeu que deverá ser debelado e combatido pelas gerações atuais de escritores, artistas e intelectuais indígenas e afro-brasileiros. Ailton Krenak (2019) alerta:

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. [...] Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos. (KRENAK, 2019, p. 21)

Ainda dentro dos grupos estigmatizados, observam-se outras subdivisões de condições de subalternização, tais como a pobreza e a posição inferiorizada da figura feminina em uma sociedade organizada segundo preceitos patriarcais e machistas e das mulheres negras e indígenas inferiorizadas em relação às mulheres brancas. Djamila Ribeiro (2017, p. 10) explica que “há a tentativa de deslegitimação da produção intelectual de mulheres negras e/ou latinas ou que propõem a descolonização do pensamento”. Pois dentro da própria estrutura colonizante há outras camadas de discriminação opressivas para grupos específicos, como nos explica Sueli Carneiro (2011):

É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (CARNEIRO, 2011, p. 44)

Assim, visto que o processo histórico da formação do Brasil coloca os indígenas e os afro-brasileiros em espaços de submissão senhorial e de escravidão, induzindo à perda dos sentidos culturais dos povos originários de forma abrupta, desconfigurando-os para integrá-los no “Novo Mundo”, atualmente esse grupo reivindica seu “lugar de fala” na tentativa de resgate das subjetividades e da valorização das significações ancestrais. Djamila Ribeiro (2017, p. 39) explica que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Nesse sentido, ninguém melhor do que os próprios indígenas e afro-brasileiros para contarem suas próprias histórias e produzirem seus próprios discursos e pensamentos pois, historicamente, a identidade des-

ses grupos foi categorizada e descrita de acordo com os olhares e valores dos grupos opressores, como nos testemunha algumas obras literárias do século XIX por exemplo, dentre elas “O Guarani” ou “Iracema”, de José de Alencar.

3. *Dois escritoras indígenas da atualidade e uma afro-brasileira do século XIX*

Da intolerância surgida da não aceitação de perspectivas diferentes é que nascem os preconceitos e as discriminações. Com a falta de políticas públicas eficientes, muitos indígenas saem dos ambientes originários para tentarem melhores condições de vida nos centros urbanos. Fora do ambiente natural ingressam em situações adversas, como Eliane Potiguara (2018) menciona no livro “Metade cara, metade máscara” e, ao mesmo tempo, quando decidem ficar na terra, em seu espaço territorial, correm o risco das autoridades, fazendeiros e latifundiários ameaçarem suas vidas.

A escrita de Eliane Potiguara, nesse contexto, surge da necessidade de ser ouvida (lida), submetendo-se ou adaptando-se linguisticamente ao português brasileiro formal, apresentando um rico simbolismo ao longo das páginas. A composição literária híbrida é feita através de discursos mesclados de liberdade formal, utilizando gêneros textuais diversos ao contextualizar fatos históricos e culturais dos povos indígenas. Em “Metade cara, metade máscara” aparecem narrativas, relatos biográficos, análises e poesias. Essa forma de escrita provoca uma quebra da noção do paradigma da Literatura convencional nos moldes históricos estilísticos de origem europeia, que teoriza uma Literatura enquadrada em gêneros bem delimitados.

Por sua vez, a escritora Aline Rochedo, mulher originária, indígena, do povo Puri, tem grande influência da obra de Eliane Potiguara, tanto no aspecto formal e temático, como também em seu posicionamento de resistência política, em contiguidade ao trabalho literário. A figura da mulher construída sobre as qualidades do arquétipo da deusa ameríndia é trazida à tona em sua obra “Pachamama: a poesia é a alma de quem escreve”. O título do livro remete à divindade Pachamama: ideias, valores e imagens dessa deusa andina refletem-se na escrita de Aline Rochedo. A autora se utiliza da imagem da espiral na organização do livro sugerindo ao leitor a maneira de visualizar os capítulos do livro como uma obra cósmica e poética em analogia ao “trabalho” de uma deusa.

O livro “Pachamama”, de Aline Rochedo, é composto por 12 capítulos, sendo eles: Palavras, Frases, Sentidos, Das Estações, Lembranças, A imensa Teia, Sensações, Inquietações e fúrias, Amor, Eu conheço pessoas, O mistério do mundo, A vida. Os símbolos interligados à deusa enunciada no título e em vocativos específicos, e a espiral como estruturação do texto, são elementos formais que fundamentam o ponto de vista feminino e feminista do mundo através da poesia. A espiral é um símbolo que se refere ao sentido de evolução e também de movimento progressivo e ascendente, significa equilíbrio e ordem em constante mudança, podendo variar o sentido de acordo com o contexto. Pode significar criação da vida e ampliação do mundo; fertilidade; fecundidade; evolução e involução; fonte de luz; movimento de alma e espírito; entre outros sentidos.

Numa comparação entre o poema “Marginal”, do livro “Pachamama”, em que temos a figura da guerreira associada à mulher indígena, com o poema “Invasão”, de Eliane Potiguara em “Metade cara, metade máscara”, percebe-se a proximidade temática e a diferenciação de tom na voz poética das autoras: à medida que “Marginal” afirma a identidade relacionando a imagens positivas e tendentes à alegria (crianças, livros, canções, entre outras) e “Invasão” afirma a identidade relacionando-a a imagens negativas, tendentes ao sofrimento (filhos estrangulados, metralhadoras, rapinas, entre outras). Vejamos:

Uma marginal eu sou./ Do que eu defendo, guerreira./ Sou um tanto selvagem, sei./ E do que sinto verdadeira./ Meus ideais coloreem anseios./ Na imensa teia tecida./ Sou a alma no espelho./ Das crianças, preferida./ Uma marginal eu sou./ Não sei o nome das novelas./ Esqueço ofensas ditas./ Quando uso minha aquarela. (ROCHEDO, 2015, p. 56)

Quem diria que a gente tão guerreira/ Fosse acabar um dia assim na vida./ Quem diria que viriam de longe/ E transformariam teu homem/ Em razão para as rapinas./ Quem diria que sobre os escombros/ Te esconderias e emudeceria teu filho – fruto do amor./ Cenário macabro te é reservado./ Pra que lado tu corres./ Se as metralhadoras e catanas e enganos/ Te seguem e te mutilam? (POTIGUARA, 2018, p. 33)

O poema de Aline Rochedo alinha-se à ideia da deusa à medida que a voz poética performatiza uma espécie de oração, ao passo que o poema de Eliane Potiguara performatiza uma espécie de denúncia mesclada a um lamento direcionados ao leitor. Pode-se pensar os dois poemas em complementaridade, à medida de suas imagens contrárias relacionadas à figura da mulher indígena como guerreira associada à terra e ao adjetivo “selvagem”, que aparece como uma qualidade ambígua porém característica de uma afirmação orgulhosa no poema de Aline Rocha e uma voz de sabedoria em Eliane Potiguara.

Por sua vez, Maria Firmina dos Reis, em “Úrsula”, denuncia de forma análoga ao poema citado de Eliane Potiguara, o *momentum* da barbárie na passagem em que a personagem Mãe Susana conta como foi escravizada. No trecho que segue, a autora se utiliza de vários elementos associados ao feminino tais como a própria figura da mulher, aparecendo de forma direta, porém em níveis de estruturação recursiva da espiral da vida formada pela corrente das gerações por “avó”, “mãe” e “filha”, posicionadas em um cenário próprio à evocação do simbólico feminino, qual seja, a vida vegetal, o alimento proporcionado pela mãe-terra, sendo atacada pelo poder escravizador:

Vou contar-te o meu cativo. Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah, nunca mais devia eu vê-la. Ainda não tinha vencido cem braços do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! (REIS, 2018, p. 88)

Podemos observar na passagem acima como Maria Firmina dos Reis constrói o contraste entre tristeza e alegria, liberdade e escravidão, justiça e violência, associando as qualidades positivas desse contraste ao universo feminino, a começar pela própria personagem enunciativa da narrativa, a mãe Susana. A personagem configura o próprio arquétipo da sabedoria feminina ao longo do romance, a qual se caracteriza pela potencialidade do amor, como podemos depreender pela centralidade do coração na caracterização do pressentimento de Mãe Susana: “eu tinha um peso enorme no coração”.

A maranhense Maria Firmina dos Reis, afro-brasileira, é a primeira escritora da história da literatura brasileira. Esse fato, de grande relevância, parece ter ficado escondido ao longo de todo o século XX e só na segunda década do século XXI sua obra ganha destaque no contexto das lutas feministas e das minorias étnicas. Seu livro mais famoso é o romance *Úrsula*, publicado em 1860 e seus textos, atualmente, podem ser encontrados facilmente na internet.

4. “Pachamama”

A autora do livro “Pachamama”, Aline Rochedo Pachamama, é uma mulher originária/indígena do povo Puri, seguindo a linhagem de sua mãe. Adota o nome da deusa Pachamama como seu próprio nome e o estende à sua obra: seu livro e até mesmo sua editora.

Em “Pachamama”, os poemas, frases e imagens indígenas, são marcados por uma entonação que evoca tradições, lutas e elementos naturais associados à busca dos povos indígenas por uma vida digna, lutando por direitos que deveriam ser respeitados e oferecidos a eles sempre com um tom de ligação com o mundo da espiritualidade, um tom geral de oração. O livro composto por doze capítulos é organizado em formato de espiral, iconizada já no índice.

A espiral tem relação com o simbolismo cósmico da Lua, o simbolismo erótico da vulva, o simbolismo aquático da concha, o simbolismo da fertilidade (voluta dupla, chefes, etc.), em suma, representa os ritmos repetidos da vida, o caráter cíclico da evolução, a permanência do ser sob a fugacidade do movimento. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1906, p. 398)

Em “Pachamama” a espiral é o modelo organizacional do livro, cada capítulo é apresentado de acordo com a espiritualidade e bem-estar do eu poético feminino, transmitindo em palavras cada emoção e sentimento em forma de poesia e reflexão filosófica de forma cíclica e afirmativa das imagens do feminino numa escrita híbrida entre poesia e prosa entremeadas de reflexões e imagens. Lemos no poema “Tempo”:

Máquina de fazer sonhos/ Uma canção com ritmos variados/ E os mil compassos na nota musical/ O ciclo da terra e a primavera/ Uma eternidade finita/ Escrita, cantada, dançada/ Sentida e por mim não datada/ Tempo/ Nas fases da lua [...] (ROCHEDO, 2015, p. 38)

É evidente, ao longo da escrita, sua característica híbrida, típica dos textos produzidos pelos autores indígenas, isto é, apresentam-se aqui discursos poéticos formados a partir de gêneros distintos, mesclando traços de gêneros literários diversos.

O hibridismo, segundo Canclini (1997), diz respeito à participação de uma obra em dois ou mais conjuntos, gêneros ou estilos. Nessa obra, os elementos são reunidos anormalmente com vistas a originar um terceiro elemento, o qual pode ampliar ou reduzir as características dos dois primeiros. Para o autor, esse “jogo” discursivo assemelha-se ao processo de transculturação. Quanto ao fenômeno das heterogeneidades, podemos dizer, em conformidade com Graúna (2013) e Canclini (1997), que ele se

caracteriza como um processo cultural e literário pautado nas relações de conflito entre culturas. (BRITTO; FILHO; CÂNDIDO, 2018, p. 189)

Nesse sentido, percebemos que o hibridismo vai se configurando como uma espécie de marca da Literatura indígena que aponta para o seu aspecto identitário associado à resistência cultural e à luta por direitos.

No caso do livro “Pachamama”, de Aline Rochedo, esse aspecto identitário inscrito na forma associa-se ao elemento simbólico norteador de todos os textos, qual seja, a própria Pachamama, divindade oriunda da mitologia andina, a Mãe Terra dos povos ameríndios.

Extrapolando o contexto andino, Pachamama tem sido compreendida na contemporaneidade como símbolo político e étnico de luta dos povos indígenas do Peru, Chile e Bolívia, que reivindicam o direito de preservar suas tradições e sua relação espiritual com a natureza, estendendo-se à universalidade dos valores indígenas incluindo os povos tradicionais brasileiros.

A figura da Pachamama está presente em movimentos políticos indígenas como o Movimento Pachakutik no Equador e o Movimento Indígena da Bolívia. Esses movimentos reivindicam a preservação dos territórios indígenas, a defesa dos direitos humanos e o respeito às tradições culturais e espirituais dos povos indígenas. Dentre esses povos, destacam-se os Incas, que formaram uma das civilizações mais poderosas da América do Sul na época anterior à colonização. Entre as divindades da cultura Inca, destaca-se a figura da Pachamama, a deusa da terra, que é considerada a protetora da fertilidade, da colheita e da agricultura. Atualmente Pachamama configura um símbolo que transcende a função poética e adentra ao campo de luta política, ocupando um lugar de sujeito de direito, como nos explica Aita e Richter (2018):

Nas últimas duas décadas do século XX, a maioria dos países latinos trouxeram o constitucionalismo multicultural nas edições de suas constituições adotando tendências multiétnicas e multiculturais nacionais de acordo com as tradições dos seus respectivos povos locais, estabelecendo novas garantias e reconhecimentos principalmente em relação a população indígena e a natureza. [...] a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra elaborada em uma conferência mundial sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, na Bolívia em 2010 [...], determina a Pachamama como sujeito de direitos e realiza o estabelecimento de uma nova forma de relação entre os homens e a Mãe Terra, baseada na cultura do Bem Estar. No seu preâmbulo todas as pessoas são consideradas parte da Mãe Terra, como uma espécie de comunhão indivisível de forma a se tornarem seres independentes, porém, interligados entre si, no qual o destino

de um depende diretamente do outro criando um futuro comum para ambos. (AITA; RICHTER, 2018, p. 15)

Posto isso, é importante perceber que a luta pode ser vista como um aspecto importante na relação dos povos indígenas com a Pachamama, pois refere-se à proteção e preservação da vida, da terra e da natureza, que são consideradas sagradas. A luta é um elemento que se conecta à relação entre os povos indígenas e a divindade da Pachamama na medida em que ambos são vistos como fundamentais para a manutenção da vida e da harmonia com a natureza. É nesse sentido que podemos dizer que o livro de Aline Rochedo, além de ser Literatura, inscreve-se no contexto da luta política. O poema “Pachamama”, releitura de uma prece ameríndia que abre o livro, assinala esse vínculo no gesto discursivo em que o eu-poético dirige-se à Pachamama:

Espírito da tarde,/ Filha do Sol,/ Irmã da lua,/ Mãe do vento,/ Senhora dos Andes,/ Protetora dos seres,/ Em todas as suas formas./ És a vida,/ A magia,/ E o mistério,/ o silêncio e a majestade da cordilheira,/ E o som da minha alma./ Acendas a madrugada de cada dia,/ Pressentida pelos Pássaros e pelos poetas./ Acolhas o Sol Cansado e sonolento,/ A cada entardecer./ É sobre ele estendas Mantos de esperança/ Percebidos pelos indígenas/ Perdoe-nos as tantas falhas, a destruição que provocamos./ Ainda somos pequenos no Amor./ Pachamama levanta-te/ A natureza é tua./ Restitui sua antiga e sempre nova grandeza, a humanidade está a tua espera./ Precisamos de tua bondade e do teu equilíbrio./ Da tua poesia,/ Da ternura,/ Da terra,/ Da tua Presença. (ROCHEDO, 2015, p. 9)

Percebe-se na obra de Aline Rochedo a intensa fixação do símbolo da mãe terra sob a nomeação de Pachamama. Aqui a nomeação do poema é o próprio nome da deusa, Pachamama, mãe-terra, que é o nome do livro, que é o nome da autora, que é o sujeito político. Essa fixação do nome em vários “momentos” da obra, estrutura-se sobre a ideia de espiral como repetição cíclica, a qual se configura como base “arquitetônica” do livro.

Vemos também como o poema se constrói como uma forma de oração com sentido de louvação e oferenda, preservando a sacralidade do símbolo, necessária à elevação do tema ao nível da seriedade e importância reivindicada pela resistência política. A peculiaridade dessa seriedade dirige-se, no entanto, às coisas consideradas mais comuns, porém “salvas” desse nível do comum pela poesia, essa força criadora justamente da importância das coisas, uma força própria da palavra, da ordem do discurso que cria valores.

Em termos de imagens vemos então aqui uma criação poética estreitamente vinculada com as figuras da natureza: sol, lua, vento, pássaros e fases do dia. Observa-se que essas figuras são colocadas no sentido de parentalidade e pessoalidade típicas do perspectivismo indígena. Viveiros de Castro (2002, p. 254) explica da seguinte forma o perspectivismo: “o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito; será sujeito quem se encontrar ativado ou *agenciado* pelo ponto de vista”. É nesse sentido que tanto Pachamama, quanto o pássaro, o poeta, o sol, a lua, enfim, são sujeitos porque são dotados de ponto de vista. A ideia da dotação do ponto de vista fica subentendida pela ideia de parentalidade, como vimos no poema: aqui o sol, a lua, são pessoas e são irmãos da Pachamama, que é a nossa mãe. Porém a parentalidade é toda permeada pela ideia do feminino como poder e beleza alinhados no poema de forma metonímica, como atributos da deusa. Por fim o próprio tempo é associado por metonímia (continuidade) aos atributos da deusa apontando para os valores específicos de resistência política indígena nos últimos três versos.

Fazendo agora uma reflexão aproximativa desta "tonalidade" do perspectivismo indígena com a maneira como Maria Firmina dos Reis caracteriza a Natureza em “Úrsula”, não deixa de ser notável como esta aparece sempre como uma pessoa. Dir-se-ia que aqui transparece a performance da própria Pachamama, a despeito do romantismo histórico da obra constituir-se uma via de explicação conhecida para esse estilo “anímico” de projetar os sentimentos das personagens no cenário. Aqui a Natureza se comporta como uma pessoa em quase todas as vezes que aparece, como neste trecho: “O silêncio era tétrico e melancólico, e uma só ave noturna o não interrompia. Parece que toda a natureza o observava estupefata.” (REIS, 2018, p. 137).

4. “*Metade cara, metade máscara*”

A obra “*Metade cara, metade máscara*”, de Eliane Potiguara, constitui-se numa contribuição renovadora para a literatura brasileira e consequente visibilidade das questões indígenas no Brasil. A autora é a pioneira na literatura indígena feminista.

No decorrer da obra, que foi publicada pela primeira vez em 2004, Eliane Potiguara narra sua própria história, desde a infância até a vida adulta, além de explorar temáticas sobre o machismo, racismo e

xenofobia, ao passo que evidencia, através de sua literatura, a luta diária do povo indígena, essencialmente da classe feminina.

Uma enorme vitalidade dessa figura, objeto-livro, contrasta com o fundo da atmosfera da necropolítica contextual. A exuberância da vida da voz de Eliane Potiguara é captada pelo leitor através de intenso movimento por entre hibridismos formais, narrativas de viagens físicas, simbólicas e literárias: “Aprendi com minha avó indígena, com Salvador Dali e Paulo Freire a reconstruir uma imagem de nós mesmos, desconstruir imposições e a reconstruir nosso discurso” (p.105). [...] É assim que Eliane Potiguara vai contando, em primeira pessoa, sua luta pessoal e coletiva ao mesmo tempo, entremecendo a narrativa com explicações, citações, conceituações e relatórios de ações políticas. Tudo marcado pela denúncia da enorme violência que permeia a existência indígena e, ao mesmo tempo, por um tom de confiança na construção dos diálogos em forma de tramas de encontros ao redor do globo: “Trezentos milhões de povos indígenas no mundo inteiro estão em estado de alerta na defesa de sua identidade, participando de fóruns nacionais, internacionais [...]”. (SOCIO, 2023, [n.p.]

Um aspecto importante da barbárie abordado na obra é a violência contra as mulheres, particularmente a violência sexual. A autora conta, no decorrer do livro, as experiências traumatizantes sofridas por ela quando ainda criança, clarificando os aspectos negativos deixados pela prática da violência e assédio sexual. Esses eixos temáticos são debatidos a fim de favorecer a conscientização desse problema estrutural da nação. E isso se faz na obra pela afirmação da tese da identidade indígena em associação ao arquétipo feminino universal.

Aqui se apresenta a conexão com o sagrado feminino como tomada de consciência de alcance político. À medida que o domínio próprio do arquétipo da mãe-terra, dos povos originários, da mulher e de todas as qualidades simbólicas do feminino detectam a interiorização do inimigo pelo processo de colonização para além do plano externo, o combate desde esse plano interno é campo privilegiado da mulher guerreira, por ser mulher e por ser indígena. Por esse viés Eliane Potiguara ensina que a mulher luta em seu campo próprio quando luta a causa dos povos originários.

Podemos dizer que a libertação do povo indígena passa radicalmente pela cultura, pela espiritualidade e pela cosmovisão das mulheres. (POTIGUARA, 2018, p. 46).

E é com a mulher que o homem aprende. É com a mãe-terra, é com o ventre vulcânico revolucionário, guerreiro, combativo que trará a transformação do ser humano contra a exploração do homem pelo homem e, por conseguinte, a transformação dos sistemas políticos, sociais e econômicos” (POTIGUARA, 2018, p. 107).

Esse tema da sabedoria cultural concomitante à luta como campo do feminino é evidente também em toda a obra de Maria Firmina dos Reis e, em “Úrsula”, se expressa mais precisamente através da personagem Mãe Susana.

[...] fica evidente que mãe Susana é uma escrava que “impões limites á vontade senhorial”, como fala Silvia Lara, já que Susana se recusa a ajudar Fernando P., o patriarca. E também se percebe que Mãe Susana é “uma pessoa de ação”, que é a idéia de Chalhoub sobre os escravos. Ou seja, ao não ajudar Fernando P., pode ser uma pequena vitória diante dos olhos de muitos, mas isso faz toda a diferença porque Mãe Susana não quebra com seu código e se mostra uma pessoa não passiva. Ao dar voz aos escravos, Firmina mostra a importância deles enquanto sujeitos históricos e pessoas capazes de através de pequenos gestos, contra-atacar o poder patriarcal. Susana é o reflexo desse maior exemplo. (HOSHINO, 2010, p. 3)

É notável como, a despeito do apagamento de sua obra por todo o século XX, na obra de Maria Firmina dos Reis, a descrição do *momentum* da escravização vivida por Mãe Susana corresponde a um discurso “historicizante” que vai do subjetivo ao objetivo, do indivíduo ao coletivo, correspondendo hoje ao imaginário cultural sobre as cenas da escravização:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de 88 levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 88)

“Metade cara, metade máscara”, por sua vez, historiciza a invasão às terras indígenas, mostrando as lutas diárias dos indígenas pela preservação e valorização de seus costumes e suas culturas, lutando pelas suas terras que são invadidas por interesseiros com objetivo de explorar recursos naturais em associação com o sofrimento da mulher indígena identificada com a própria terra como vemos no poema “Invasão” citado anteriormente do qual segue mais um trecho:

É impossível que mulher guerreira/ Possa ter seu filho estrangulado/ E seu crânio esfacelado!/ Quem são vocês que podem violentar/ A filha da terra/ E retalhar suas entranhas? (POTIGUARA, 2018, p. 33)

Aqui vemos claramente a metonímia realizando a ligação entre os conceitos de terra, mulher e mãe na figura da “filha da terra” que tem suas “entranchas” retalhadas, numa violação do sagrado feminino. Essa violação é grave porque do ponto de vista mítico, trata-se de uma inversão da ordem natural. Joseph Campbell (1997, p. 67) nos explica que “o encontro com a deusa (que está encarnada em toda mulher) é o teste final do talento de que o herói é dotado para obter a bênção do amor (caridade: amor), que é a própria vida, aproveitada como o invólucro da eternidade”. Portanto, o que vemos descrito no poema de Eliane Potiguara é justamente a ação contrária sendo realizada. O invasor é um anti-herói sobre o qual subentende-se que recairá a maldição da mãe violada: “Quem são vocês que podem violentar/ A filha da terra?”. Nesse sentido o poema traz um alerta para as consequências que estão previstas em todos os mitos relacionados ao símbolo da deusa:

A deusa universal se manifesta diante dos homens sob uma multiplicidade de aspectos; pois são múltiplos os efeitos da criação, bem como complexos e mutuamente contraditórios, quando experimentados do ponto de vista do mundo criado. A mãe da vida é, ao mesmo tempo, mãe da morte; ela se mascara como a horrenda deusa da fome e da enfermidade. (CAMPBELL, 1997, p. 160)

Assim observamos que ideia de sagrado feminino é um conceito que tem sido utilizado em diferentes contextos e culturas ao longo da história e que se refere à valorização do papel da mulher na espiritualidade e na vida em comunidade. Em geral o termo aponta para uma visão que reconhece a existência de uma energia ou força divina feminina, que se manifesta em diferentes formas, como a Mãe Terra, a Grande Mãe, a Deusa, entre outras. Essa energia é vista como uma fonte de criação, fertilidade, proteção e cura, e é valorizada como um complemento à energia divina masculina.

5. Considerações finais

O presente artigo buscou levantar reflexões acerca do símbolo do feminino em obras que se inserem no contexto da problemática cultural e histórica da produção dos discursos e poéticas indígena e afro-brasileira, mais detidamente sobre o processo de visibilidade para o discurso político, feminista e afirmativo das autoras indígenas Aline Rochedo e Eliane Potiguara em aproximação com Maria Firmina dos Reis.

A sociedade brasileira, tal qual a concebemos, formou-se através da contribuição genética e cultural de diversos e variados povos e etnias

no decorrer dos séculos. As manifestações culturais, políticas e sociais que apontam para a construção da nacionalidade brasileira evidenciam desdobramentos históricos que, se em muito contribuíram com a identificação de uma pátria, na mesma medida consolidou não somente a negação da presença de comunidades tradicionais na pátria mãe-Brasil como favoreceu o desaparecimento destas, a partir de um processo de perseguição, escravização e morte de milhares de pessoas.

O genocídio do povo indígena e da população negra é uma das marcas mais vergonhosas existentes na história do país. O derramamento de sangue indígena e negro, as violências sexuais enfrentadas pelas mulheres indígenas, negras e afro-brasileiras desde 1500 até os dias de hoje, comprova a existência de uma sociedade estruturada em bases racistas.

Posto isso, temos convicção que uma das funções da crítica literária é realizar a leitura e análise de textos importantes para a construção e transformação do contexto histórico e cultural do qual fazemos parte à medida que todas essas questões são passíveis de ser acessadas pelo campo próprio das Letras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, Dimitri, RICHTER, Daniela Richter. *O constitucionalismo latino americano e a Pachamama como sujeito de direito: o reconhecimento da água como direito humano*. Metodista Faculdade Centenário, 2018, disponível em: http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/edicoes-anteriores/10a-jornada-de-pesquisa-e-9a-jornada-de-extensao-do-curso-de-direito/artigos/4-direitos-fundamentais-constituicao-e-meio-ambiente-do-trabalho/o-constitucionalismo-latino-americano-e-a-pachamama-como-sujeito-de-direito_o-reconhecimento-da-agua-como-direito-humano.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BRITTO, Tarsilla Couto, FILHO, Sinval Martins de Sousa, CÂNDIDO, Gláucia Vieira. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 53, p. 177-97, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/v8Mq5p4P6j9vRKVMXJ5WjPC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2023.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 1997.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Summus, 2011.

CASTRO, Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosacnaif, 2002.

_____. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

DORRICO, Julie *et al.* *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção* [recurso eletrônico]. Porto Alegre-RS: Fi, 2018. 424p. Acesso em: 21 out. 2023.

GRAÚNA, Graça. *Literatura Indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/ggrauna/ggrauna_lit_indigena_desconstruindo.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

HOSHINO, Aline Eiko. A figura de Mãe Susana na obra *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis em 1859. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Pain%E9is/ALINE%20EIKO%20HOSHINO.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumín, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Jundiaí: Cadernos do mundo inteiro, 2018.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: Lugar de fala?* Belo Horizonte-MG: Letramento, 2017.

ROCHEDO, Aline. *Pachamama: a poesia é a alma de quem escreve*. Rio de Janeiro. 2015.

SOCIO, Luama. *Metade Cara, Metade Máscara: um livro indígena para a transformação da consciência brasileira*. Katawixi, 2023. Disponível em: <https://www.katawixi.com/post/metade-cara-metade-m%C3%A1scara-um-livro-ind%C3%ADgena-para-a-transforma%C3%A7%C3%A3o-da-consci%C3%A2ncia-brasileira>. Acesso em: 21 jun. 2023.